

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.737 - SP (2019/0291663-3)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : DARCY FERNANDES FERREIRA - ESPÓLIO
REPR. POR : CELSO DONIZETE FERREIRA - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : ANDERSON LUIZ BRANDÃO - SP130224
CARLOS FALCONI JUNIOR - SP208860
AGRAVADO : USINA MARINGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ FRANCISCO BARBALHO - SP079940
CARLOS ALBERTO MARINI - SP106474
MARIO HENRIQUE EULALIO - SP307767

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE COBRANÇA. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. COMPRA E VENDA . CANA DE AÇÚCAR. APLICAÇÃO DA CLÁUSULA PENAL. INTERPRETAÇÃO DA CLÁUSULA CONTRATUAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. REVISÃO. INVIABILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E NEGADO PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de ação de cobrança ajuizada pelo ESPÓLIO DE DARCY FERREIRA (ESPÓLIO), representado pelo inventariante contra USINA MARINGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (USINA), alegando, em síntese, que DARCY efetuou a venda das suas lavouras de cana-de-açúcar à requerida, não havendo, contudo, pagamento integral dos valores devidos nos anos de 2012 e 2013.

Aduziu que permaneceu saldo devedor no valor de R\$ 813.089,66 (oitocentos e treze mil, oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos), o qual deve ser pago com multa contratual de 20%.

A demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a requerida ao pagamento da quantia de R\$ 155.043,78 (cento e cinquenta e cinco mil, quarenta e três reais e setenta e oito centavos) (e-STJ, fls. 142/144).

Dessa sentença, houve interposição de apelação por ESPÓLIO e o Tribunal paulista deu-lhe provimento em parte o acórdão que restou assim ementado:

AÇÃO DE COBRANÇA. Compra e venda. Cana-de-açúcar. Hipótese em que a alienante afirma que a adquirente não pagou o preço total devido pela compra de toneladas de cana.

Superior Tribunal de Justiça

Sentença de parcial procedência do pedido. Apelação da autora. Aplicação do preço estipulado pelo CONSECAN. Impossibilidade. Contratos celebrados que preveem expressamente a adoção de preço fixo pela tonelada de cana-de-açúcar vendida. Cláusula penal.

Aplicação. Dicção do art. 413 do CC. Base de cálculo da penalidade que deve ser o montante que foi confessadamente inadimplido pela adquirente da mercadoria. Sentença reformada. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ, fl.170).

Os embargos de declaração opostos por ESPÓLIO e rejeitados (e-STJ, fls. 178/185).

Inconformado, ESPÓLIO interpôs recurso especial com base no art.105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 341, III, 373, II e 1.022, I e II, do NCPC, afirmando, em síntese, (1) que o acórdão objurgado é contraditório, pois foi proferido em dissonância às provas constantes dos autos. Asseverou, ainda, que houve omissão, uma vez que os documentos apresentados com a inicial não foram devidamente analisados; e (2) que a recorrida não produziu nenhuma prova documental ou, mesmo, testemunhal, de que o valor devido seja aquele indicado na contestação. Salientou que restou, somente a palavra isolada da recorrida e, mesmo assim, contraditada pelo contingente probatório produzido pelo ESPÓLIO (e-STJ, fls. 195/208).

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal bandeirante inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial (e-STJ, fls.358/360 e 363/390).

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl.392).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente agravo em recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da alegada violação dos arts.1.022,I e II, do NCPC

Superior Tribunal de Justiça

Da leitura do acórdão do TJSP, não se verifica quaisquer proposições inconciliáveis entre si ou entre os seus capítulos não havendo falar em vício de contradição. Assim, como também não há qualquer omissão a que aponte o recorrente em seu apelo nobre, conforme se lê dos seguintes trechos:

"Sem razão a autora em pugnar pela aplicação do parâmetro estipulado pelo CONSECANA, eis que, apesar de insistir na utilização deste índice em sua inicial (fls. 03 04), os instrumentos apresentados nos autos deixam claro que o valor pactuado pela compra das mercadorias seria de R\$ 45,00 por tonelada de cana.

Além disso, como bem salientado pelo Juiz de primeiro grau, após a ré afirmar que efetuou o pagamento de R\$ 554.299,32, restando ainda o saldo de R\$ 155.043,78, a autora não impugnou especificamente o alegado em sua réplica. Dessa forma, sorte não lhe assiste em pugnar pelo cálculo do quantum devido com base nos Índices do CONSECANA. Por outro lado, o inadimplemento parcial do contrato foi confessado pela ré em sua contestação, de modo que se faz imperiosa a incidência da cláusula penal livremente pactuada entre as partes, constante de todos os contratos indicados na inicial (fls. 26/43). (e-STJ, fl.172).

Não há que se falar em contradição ou omissão no acórdão objurgado.

Ressalta-se que a ofensa ao art. 1.022 do NCPC (, somente ocorre quando o acórdão deixa de se pronunciar sobre questão jurídica ou fato relevante para o julgamento da causa, momento em que os embargos de declaração estão aptos a cumprir seu papel, que é o de completar o acórdão quando nele identificar-se omissão, ou, ainda, aclará-lo, dissipando obscuridade ou contradição.

Nesse sentido, confirmam-se os precedentes:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO INTERNA. AUSÊNCIA DE QUAISQUER DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DE ACLARATÓRIOS, ELENCADAS NO ART. 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. INADMISSIBILIDADE. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESACOLHIDOS. (EDcl no AgRg no AREsp 166.067/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, DJe 27/8/2014) PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SÚMULAS N. 7 E 211 DO STJ. INCIDÊNCIA. OMISSÃO VERIFICADA. RESULTADO MANTIDO. EMBARGOS REJEITADOS. 1. Os embargos de

Superior Tribunal de Justiça

declaração não se prestam à rediscussão do julgado, mas, tão somente, à arguição dos vícios elencados no art. 535 do CPC.

2. Não pode o Superior Tribunal de Justiça alterar a moldura fática delineada no acórdão recorrido para conhecer do recurso especial. [...] 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1.214.624/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, DJe 27/5/2013) Assim, embora rejeitados os declaratórios, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pela Corte de origem, que emitiu pronunciamento de forma segura e clara, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. OFERTA PÚBLICA. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535, II, DO CPC/73. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 130 DO CPC/73. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA VIOLAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEIS FEDERAIS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração tem como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

2. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 810.643/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. 21/03/2017, DJe 07/04/2017)

(2) Da alegada violação dos arts. 341, III, 373, II, do NCPC

O Tribunal bandeirante, soberano na análise do contexto fático-probatório, conforme se lê do tópico nº 1 desta decisão, consignou que a cláusula penal livremente pactuada entre as partes deve incidir.

Assim, rever a conclusão do Tribunal de origem demandaria o reenfrentamento dos fatos da causa, bem como das cláusulas do respectivo contrato firmado entre as partes, o que encontra óbice nas Súmulas nºs 5 e 7 desta Corte.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art.

Superior Tribunal de Justiça

253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR PROVIMENTO**.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor ESPÓLIO, nos termos do art. 85, §11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

